

# REIVINDICAÇÃO HISTÓRICA PRÓ-MORTOS NA GUERRA 1864-70

General RAUL SILVEIRA DE MELLO

RESUMO — Milhares de brasileiros mortos na guerra de 1864-70 lá ficaram ao léu, sepultos, insepultos e incinerados, nos campos de batalha. Até hoje, há um século do início da guerra, não receberam honras ostensivas, de rigorosa justiça, conquistadas durante seis anos de cruentos sacrifícios.

Outrossim, milhares de mortos das três outras nações beligerantes jazem em idênticas condições, indiscriminadamente, misturados com os nossos, no chão comum do teatro de operações.

SUGESTÃO — Construir-se um monumento de confraternização comum aos mortos das quatro nações envolvidas na guerra.

A DEFESA NACIONAL associa-se a esta campanha reivindicatória. Na **Guerra do Paraguai**, forjaram-se os grandes Chefes que são o paradigma dos Chefes de hoje e do Exército de sempre.

O ano de 1864, há um século, foi prenúncio e começo de uma gravíssima tragédia desenvolvida nesta parte do continente. Nesse ano sinistro, encrespam-se de pouco em pouco as relações políticas, e, tal qual arrasante e súbito pampeiro, desencadeou-se, no último trimestre, o turbilhão da guerra. Quatro nações irmãs viram-se arrastadas no conflito. O mais longo e sangrento na América. Chamou-se *Guerra do Paraguai*, por haver sido este país o teatro principal de operações. Chamou-se mais propriamente *Guerra da Triplíce Aliança contra o Paraguai*, porque três nações vizinhas, Brasil, Argentina e Paraguai, uniram-se para repelir a agressão daquele. Houve também quem o chamasse Guerra contra Lopez e Campanha Lopezguaya, pela simples razão de que a Guerra não era contra a nação e o povo paraguaio e sim contra o governo daquele.

O Brasil, por esse tempo, atravessava uma fase difícil. Além da conjuntura econômica que o afligia, entrara em disputa com o Uruguai, por danos e violências sofridos, de há muito, por patricios nossos ali residentes, e, não logrando as satisfações reclamadas, interveio militarmente no país vizinho, como estava em uso naqueles tempos, em casos idênticos, por parte de países mais fortes contra menos fortes.

Foi dessa disputa e da invasão de nossas tropas ao Uruguai, em 12 de outubro de 1864, que Francisco Solano Lopez, o governante paraguaio, se tomou de dóres para romper com o Brasil, sem medir as funestas conseqüências, que, dêsse ato temerário, poderiam resultar para o seu nobre povo, obediente e sofredor.

O que aconteceu então para o Brasil, e para os mais países participantes da guerra, naquele último trimestre de 1864, e o que lhes foi o quinqüênio de 65 a 70, di-lo a história imparcial das quatro nações. Uma calamidade entre irmãos. Uma tragédia, que bem merece filmagem retrospectiva para fins educativos e para inspirar horror à guerra. Uma tragédia em que apareceu de tudo. Heroísmo sem igual. Sacrifícios sem conta. Luto secular. Multidões de mortos, feridos mutilados, inválidos, desajustados, viúvas, órfãos. Sômente o Brasil, de sua parte, contou mais de cem mil vítimas de guerra. As estatísticas até hoje não foram levantadas a rigor e se chegassem a resultados, embora aproximados, pasmaria pelos números e pela sangria causados à nossa Pátria. Para ilustrar com um exemplo o que foram as nossas perdas nessa infausta guerra, basta dizer que nos hospitais de Tuiuti e Curuzu pereceram, pela cólera mórbus, em apenas dois meses, quatro mil soldados brasileiros, e, sômente no ano de 1866, de Passo da Pátria a Curupaiti, começo da guerra em território paraguaio, ficaram-nos cerca de dois mil mortos nos campos de batalha, afora os que faleceram nos hospitais por ferimentos recebidos. Nos mais anos da guerra a média de mortos foi de 2.000 por ano. Mas não foi só em números o nosso sacrifício na guerra. Foi também em qualidade e valôres individuais. Além de outros gêneros de valôres, convém lembrar que, de 1865 a 70, perdemos em batalhas, de ferimentos recebidos e de graves enfermidades adquiridas no curso das operações, nada menos de seis generais, um almirante e acima de uma centena de comandantes de batalhões e regimentos. Nenhuma guerra americana apresentou tão numerosa perda de chefes.

Isso quanto ao número global e à qualidade de mortos. Mas, quem poderá dizer hoje onde jazem, um a um, os mortos brasileiros que lá ficaram? Quem poderia fazer uma indagação a êsse respeito? Tal indagação, seja quanto ao número exato de mortos, seja quanto aos destinos de seus restos, ficaria sem resposta. Sômente o silêncio, a omissão e as lágrimas, em sua linguagem muda, poderiam exprimi-lo.

Demos agora um salto no tempo para observar como se procede atualmente em relação às vítimas das guerras. Quão diverso e cada vez melhor é êsse tratamento. Ainda bem que se tenha operado uma favorável mudança de procedimento. Assim vem acontecendo, face à influência cada vez maior da opinião pública, à melhor compreensão do que vale o sacrifício pela Pátria, à mais nítida consciência da dignidade humana. Mercê de um tal progresso nas idéias, os mortos de guerra passaram a ser tratados como reliquias. Seus nomes são inscritos nos locais em que ficaram sepultados, ou em cemitérios privados, de onde suas urnas passam para criptas de monumentos cons-

truídos em sua honra. Felizmente, mudaram as mentalidades. Mesmo quanto aos mais humildes, apenasmente conhecidos em suas aldeias e lugarejos. E até os que não lograram ser identificados depois das batalhas, tiveram também monumento privativo e um epitáfio: *Soldado desconhecido*. Todos, indistintamente, passaram a receber tais e quais honrarias com a finalidade de perpetuar-se-lhes, de público, a gratidão da Pátria e dos seus concidadãos. Quantos, porém, nem chegaram a ter um gesto de bravura! Quantos, vitimados por doenças ou acidentes na retaguarda. Mas quanta deferência e distinção por todos e cada um.

Ainda mais. Cada ano, em datas comemorativas, os seus jazigos mortuários cobrem-se de flôres. Diante dêles, clangoram os clarins, rufam tambores, desfilam tropas. E o *dies illa* dos capelães e o verbo inflamado de oradores ressoam aos quatro ventos, encomendando a Deus e à Pátria os mortos queridos. Assim procedem hoje tôdas as nações. As prerrogativas, porém, não ficam só com os mortos. Os feridos e inválidos de guerra, viúvas e órfãos dos que pereceram, gozam de assistência especial das nações. Também os sobreviventes válidos, quando necessitados, recebem a proteção do Estado.

Outrossim, para participar dessas regalias *post bellum* é suficiente que alguém se haja exposto aos riscos da guerra, perto ou longe das operações, desde que, mobilizado, esteja pronto e à espera da ordem de marcha. Bastam estas disposições para que se lhes creditem serviços de guerra, como aconteceu com os nossos expedicionários na Itália. Voltemos, porém, aos nossos mortos na guerra de 1864-70. Quem será capaz de dizer uma palavra exata a respeito dêles? Onde ficaram aqueles milhares de vítimas da inominável tragédia? Mortos no fragor das batalhas e escaramuças. Mortos durante marchas penosas, em bivaques e acampamentos desconfortáveis, ao sol e às chuvaradas estivais, às geadas e minuanos daquelas terríficas invernias. Através de cursos d'água, esteros e campos inundados. Mortos em miserandos hospitais de campanha. Mortos à mingua, em campos de prisioneiros. Mortos nas selvas e alhures, onde só Deus sabe. Lá ficaram esquecidos, jogados em valas, aos montões, ou queimados em pilhas, depois das batalhas. Outros, não encontrados no momento, lá ficaram insepultos, devorados por corvos, feras e cães famélicos.

Quem poderia explicar a milhares de pais, espôsas, filhos, onde ficaram os restos mortais de seus entes queridos? Muitos nem tiveram menção nas listas de perdas. Ossadas desconhecidas ainda lá aparecem a granel, lambidas pelo vento, revolvidas pelas enxurradas e aluviões, postas a nu na contração de estradas... Quem poderá explicar a origem ou nacionalidade dessas relíquias humanas? Brasileiros, argentinos, paraguaios, uruguaios?... Ninguém há. Sômente lágrimas e preces de almas compassivas é que, de algum modo, rememoram essas relíquias anônimas, lembrados que poderiam ser parentes e amigos, de quem não mais tiveram notícia. Rememoram, mas sem o alívio ou a idéia de saber onde e como pereceram, se de armas nas

mãos, no ardor das batalhas, de acidentes, de enfermidades, ou outro gênero de morte.

Apenas algumas famílias de recursos, que tiveram conhecimento das sepulturas de seus entes queridos, inumados isoladamente em cemitérios de campanha ou locais certos, bem identificados, somente essas famílias, à própria custa, tiveram de volta os restos mortais de seus consangüíneos.

Grandes chefes, como Caxias, Tamandaré, Osório, Câmara, Pôrto Alegre, Conde d'Eu receberam, mas só depois de mortos, os seus monumentos. Rememora-se Riachuelo cada ano em atenção à nossa Marinha de Guerra. Tuiuti, por causa de Osório. Caxias, por ter sido o grande comandante-chefe.

Mas que se fêz até hoje para honrar a memória dos que lá ficaram? Que demonstrações de reconhecimento e distinção se prestaram à multidão de mortos deixados ao léu no teatro da guerra? Para argumentar, nada há como um confronto, um exemplo. E êste confronto nos é oferecido pela invasão de Mato Grosso, que não passou de teatro secundário de operações. No entanto, alguns de seus episódios tiveram já a sua consagração. Os participantes da Retirada da Laguna têm aqui no Rio o seu monumento. Erigiram-se bustos do Guia Lopez. Marcos comemorativos assinalam os locais em que sucumbiram Camisão e as vítimas por êle arrastadas naquela tresloucada expedição. Antônio João revive em pequeno monumento no local da antiga Colônia de Miranda, onde tombou herbicamente. A Antônio Maria Coelho ergueram, em Corumbá, vistosa estátua, pelo seu espetacular feito na retomada daquela cidade, em 1868.

Outrossim, mais recentemente, para honrar os mortos na campanha da Itália, o Governô construiu-lhes grandioso mausoléu, onde repousam em urnas individuais, identificadas pelos próprios nomes. E aêu-lhes, ademais, a insigne distinção de uma guarda permanente das três Fôrças Armadas, que se revesam no monumento mês a mês. Insigne honra que somente Caxias viria a receber mais tarde, de parte do Exército, quando sua estátua equestre foi removida para a praça fronteira ao Quartel-General.

Nada há alegar contra, senão a aplaudir, tão distintas homenagens aos mortos na campanha da Itália. Consôlo às famílias enlutadas. Preito de gratidão e saudades de seus companheiros sobreviventes. Testemunho e estímulo perene, à posteridade, de que a Pátria não esquece os filhos sacrificados por ela.

Muito judiciosa esta nova conduta para com os mortos na guerra. Volte-se, porém, um olhar ao passado, e, de ouvido à escuta, observe-se atentamente se não estão a clamar pela disparidade de tratamento os que peccaram noutros tempos e noutros teatros de operações, em defesa da Pátria. Esquecidos. Até os seus nomes se perderam no torvelinho dos anos. Tratando-se, porém, nesta circunstância, do caso especial da guerra de 1864-70, conclamam céus e terra que não

se devem postergar dívidas de honra de semelhante padrão. Estamos no centenário da guerra. Ocasião sobremodo oportuna para uma tomada de contas. Ocasião mais do que oportuna para dizer o *mea culpa*, em linguagem de gratidão, àqueles milhares de mortos brasileiros que nela pereceram. De lhes reconhecer e reparar, na medida do possível, por via de realizações, mas de realizações expressivas e eficientes, a gravíssima injustiça e a incompreensível omissão que contra eles perpetramos, deixando seus nomes e suas relíquias esquecidos, e ao léu, longe da Pátria.

Resta-me ainda uma consideração e um argumento em abono destes nossos queridos mortos. Os participantes da repressão contra os holandeses já tiveram o seu monumento em Guararapes. Também os de Dois de Julho, na Bahia. E não é fora de propósito alegar que até nossas rebeliões internas, pouco recomendáveis, umas, e outras, de discutível recomendação do ponto de vista patriótico, vêm obtendo consagração, no granito e no bronze, em praças públicas. Estão neste caso a revolução farroupilha, em Porto Alegre, e a de 9 de julho, em São Paulo. Por seu lado, os heróis do cerco da Lapa e os próceres da República, antes mesmo dos centenários desses acontecimentos, já tiveram seus vistosos monumentos.

É evidente, pois, clama e urge uma fervorosa reivindicação em prol dos mortos na guerra de 1864-70. O momento é auspicioso. Está a abrir-se o centenário da terrível hecatombe. Não se poupem esforços nesta oportunidade comemorativa para se lhes dar um testemunho ostensivo de gratidão da Pátria. Um tal testemunho deve ser tanto maior e mais vibrante quanto omisso e ausente lhes foi até hoje, ao passo que a outros, de campanhas de menor vulto e de menores sacrifícios, se vêm emprestando honrarias excepcionais.

Chegado assim à tônica deste palpitante assunto, tive o impulso de redigir um apêlo para que se concretizassem neste centenário a ereção de um monumento aos mortos brasileiros da guerra de 1864-70. Assaltou-me, porém, neste ponto um pensamento de inefável expressão humana e cristã. Estamos exatamente a um século da guerra. Nenhum participante, nenhuma testemunha dos acontecimentos resta hoje para dizer uma palavra, proferir um comentário, expressar um depoimento diferente daquilo que se conhece ou se tem por verdadeiro. Os ressentimentos e ódios tendem a dissipar-se à medida que se distancia o espectro da guerra. Cresce, por outro lado, a sadia compreensão de que as gerações presentes são irresponsáveis pelos desacertos e injustiças, de boa ou má fé, ciente ou inadvertidamente, perpetrados por governos e prepostos seus nas gerações passadas. Os dentes dos filhos não embotam, como sentenciam as Sagradas Letras, pelo fato de os pais haverem comido uvas amargas. Por outro lado, as atuais gerações sofrem ainda pelos danos da guerra. Pelos danos, mas não pela culpa da guerra. Nem respondem moralmente pelos erros das gerações anteriores.

Não sendo possível, como ficou dito, reunir os restos, ou as cinzas, separadamente, dos mortos de cada uma das nações beligerantes, para recolhê-los a mausoléus nacionais, admita-se, contudo, que uma das quatro nações, não tendo em conta este raciocínio, resolvesse erigir um monumento aos seus mortos na infausta guerra, levando para êle uma urna de terras, punhado a punhado, recolhidas nos campos de batalha, e alhures, onde tivesse por certo haverem tombado e se haverem consumido corpos de seus combatentes. Quem poderá afirmar que essa urna não conteria também algo do sangue e cinzas dos finos das outras três nações? Qualquer, pois, das quatro que pretendesse levantar um monumento nessas condições, tê-lo-ia de conteúdo incerto e duvidoso. E, por isso mesmo, poderia reavivar polémicas e indisposições.

Um monumento ou mausoléu desse gênero, nos dias de hoje, ao ensejo do centenário da guerra, para ser legítimo, expressivo, deveria ter por destino — alevantado destino — a participação dos espíritos, a reconciliação dos corações, a confraternização das quatro nações irmãs.

A título de argumento decisivo, cumpre alinhar aqui mais uma circunstância. A guerra de 1864-70 não teve, a bem dizer, vencedores. Foi uma sangria para as quatro nações. Triunfadores, sim, é justo confessar que os houve. E, se tiverem dúvidas, direi quem foram êstes afortunados. Foram os lídimos heróis das quatro nações beligerantes que se portaram realmente como bravos, observando com retidão e dignidade as leis de guerra. Vencidos também houve e por centenas de milhares. Êstes infelizes — únicos verdadeiramente vencidos — foram os mortos e demais vítimas da guerra.

Eis aí, como, face aos postulados humanos e cristãos, devem classificar-se hoje os vencedores e vencidos nessa inominável guerra. As gerações atuais das quatro nações irmãs, cada uma por seu lado, sentem-se também, de certo modo, vítimas da guerra, porque lhes punge amargamente a lembrança dos sofrimentos experimentados, seis anos a fio, pelos seus antepassados.

Ao invés, pois, de um monumento de supostas cinzas de soldados brasileiros, tombados aqui e ali em centenas de quilômetros no teatro operacional de 1864-70, decida-se o Brasil por um mausoléu comum, de confraternização, para guardar quatro urnas, contendo cada uma, punhados da mesma terra recolhida naqueles campos de batalha, em que digladiaram os exércitos das quatro nações irmãs. Assim deliberado, confie o nosso govêrno, de comum acôrdo com os demais, aos presidentes das respectivas Cruzes Vermelhas, as providências para recolhimento da terra funerária daqueles antigos campos de batalha e a escolha dos tipos de urnas que a contiverem.

Construa então o Brasil o monumento, segundo projeto de architectos das quatro nações. O dia aprazado para a comemoração seja um dia já consagrado no consenso dos povos: o dia do descobrimento da América, o da Paz Universal ou o Dia Universal de Ações de Gra-

ças. Dê-se preferência para a inauguração do mausoléu ao ano de 1970, centenário do fim da guerra. Por convite especial do nosso govêrno, será de sumo regozijo, estejam presentes à inauguração os chefes de Estado da Argentina, Paraguai e Uruguai. Serão benvindos também tantos quantos jornalistas e patricios seus desejarem participar das solenidades.

Uma tropa de nossas Fôrças Armadas fará guarda de honra ao monumento no dia da inauguração e prestará continência aos chefes de Estado ali presentes. Não haverá, porém, guarda permanente ao mausoléu. Para substituir essa guarda, postar-se-á ali, dia e noite, uma guarda simbólica composta de quatro estátuas de bronze, representando soldados das quatro nações irmãs ao tempo da guerra.

Este monumento revestir-se-á, portanto, de excelso significado humano e cristão, exprimindo perpétua exortação à fraternidade e à paz. Sem embargo, porém, destas ótimas disposições, longe de mim supor cheguem as quatro nações ao ponto de iludir-se quanto à possibilidade ou não de sobrevirem-lhes aqui e ali, entre elas, no correr dos anos, questões a debater. Não vivemos no Paraíso. Certo é que ocorrerão arrufos, desentendimentos, rugas de vizinhança, interesses em jôgo, frutos da contingência humana e da convivência cotidiana. É de reconhecer, pois, a oportunidade e os altos motivos da ereção e perpetuação desse monumento, para que êle se torne presente a todo tempo nas relações de govêrno a govêrno, de povo a povo, entre as quatro nações. Seja êle um símbolo de afirmação e de confiança a conclamar que as divergências de opinião e de interesses, tão comuns entre irmãos, devem pairar na região superior dos cérebros sem descer jamais aos corações.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

*O que aspira a ser um Chefe sensato e não vulgar aplicador de preceitos regulamentares, deve penetrar em sua essência com espírito filosófico.*

Cel Cernadas

—:—

*O soldado não é um autômato, senão um homem, e o bom soldado é aquele que, por sua elevada moral, excluiu tôda possibilidade de fugir ao dever.*

Gen Vicente Rojo

—:—

*Um homem que não tem considerações pelas necessidades do soldado, não deveria nunca comandá-lo.*

Napoleão

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

VOÇÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOÇÊ.